

O Brasil e a Dinâmica dos Eixos no Processo de Evolução Internacional¹

Therezinha de Castro*

O artigo aprecia a dinâmica dos Eixos (Leste/Oeste, Norte/Sul e Sul/Sul) que direcionaram a geoestratégia criada pela Guerra Fria, durante e após sua vigência, e a posição da política externa do Brasil em função dela.

Após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos iriam adquirir certa especificidade no âmbito das Relações Internacionais - aos Poderes *Marítimo* e *Terrestre* se associava o *Aéreo*. E, assim, o mundo ficava pequeno demais para pequenas nações apoiadas em suas possessões ultramarinas e passaria a ser comandado por nações dotadas de amplo espaço vital e fachadas marítimas. Entre os *cinco grandes* agentes das primeiras cenas bélicas, três saíam vencidos - a Alemanha, a Itália e o Japão. Os outros dois eram vencedores, porém desgastados - França

e Inglaterra, que cediam seus respectivos lugares no âmbito das Relações Internacionais, onde haviam exercido a *bipolaridade*. Os Estados Unidos e a União Soviética eram os novos personagens, iniciando a geoestratégia do confronto na devastada Europa.

Eixo Leste/Oeste

Nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, com a destruição de Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, a bomba atômica imprimia novos rumos à Política Internacional. Só os Estados Unidos, dentro de certa *unipolaridade* tinha a primazia dessa arma, desenvolvida através do Projeto Manhattan, em Los Alamos, o isolado deserto do Novo México. Através da *Guerra de*

Nervos caberia à Diplomacia de Washington conter, por algum tempo, com paciência, firmeza e vigilância as tendências expansionistas de Moscou, que tornara comunista a Europa até o Elba.

Para livrar a combatida Europa das mãos de Stalin, o então Secretário de Estado americano, General George Marshall, propunha, em 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, um plano de recuperação econômica e social da Europa. Curiosamente, pela primeira vez na História, o vencedor iria ajudar os vencidos, oferecendo uma cura e não simplesmente uma muleta.

Entrava o Plano Marshall em vigor a 5 de junho de 1947, sendo, no entanto, finalmente aprovado a 3 de abril de 1948. Em 1953,

* Professora do corpo permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECEME.

O Brasil e a Dinâmica dos Eixos no Processo de Evolução Internacional¹

Therezinha de Castro*

O artigo aprecia a dinâmica dos Eixos (Leste/Oeste, Norte/Sul e Sul/Sul) que direcionaram a geoestratégia criada pela Guerra Fria, durante e após sua vigência, e a posição da política externa do Brasil em função dela.

Após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos iriam adquirir certa especificidade no âmbito das Relações Internacionais - aos Poderes *Marítimo* e *Terrestre* se associava o *Aéreo*. E, assim, o mundo ficava pequeno demais para pequenas nações apoiadas em suas possessões ultramarinas e passaria a ser comandado por nações dotadas de amplo espaço vital e fachadas marítimas. Entre os *cinco grandes* agentes das primeiras cenas bélicas, três saíam vencidos - a Alemanha, a Itália e o Japão. Os outros dois eram vencedores, porém desgastados - França

e Inglaterra, que cediam seus respectivos lugares no âmbito das Relações Internacionais, onde haviam exercido a *bipolaridade*. Os Estados Unidos e a União Soviética eram os novos personagens, iniciando a geoestratégia do confronto na devastada Europa.

Eixo Leste/Oeste

Nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, com a destruição de Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, a bomba atômica imprimia novos rumos à Política Internacional. Só os Estados Unidos, dentro de certa *unipolaridade* tinha a primazia dessa arma, desenvolvida através do Projeto Manhattan, em Los Alamos, o isolado deserto do Novo México. Através da *Guerra de*

Nervos caberia à Diplomacia de Washington conter, por algum tempo, com paciência, firmeza e vigilância as tendências expansionistas de Moscou, que tornara comunista a Europa até o Elba.

Para livrar a combalida Europa das mãos de Stalin, o então Secretário de Estado americano, General George Marshall, propunha, em 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, um plano de recuperação econômica e social da Europa. Curiosamente, pela primeira vez na História, o vencedor iria ajudar os vencidos, oferecendo uma cura e não simplesmente uma muleta.

Entrava o Plano Marshall em vigor a 5 de junho de 1947, sendo, no entanto, finalmente aprovado a 3 de abril de 1948. Em 1953,

* Professora do corpo permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECEME.

quando já haviam sido banidos os fantasmas da depressão, da instabilidade política e do comunismo, Marshall² recebia o Prêmio Nobel da Paz, a Europa já podia começar a andar sozinha.

Foi com o Plano Marshall que nasceu a OCEE (Organização para a Cooperação Econômica Européia), que daria origem, mais tarde, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Destaque-se que esse Plano, dito econômico, tinha motivação essencialmente geopolítica e geoestratégica. O fator seria a tomada do poder dos comunistas na Tchecoslováquia (fevereiro de 1947) e as conseqüências foram evitar vitórias eleitorais comunistas na França, a queda da Itália e da Grécia na órbita do Kremlin, a ocupação de Berlim pelos soviéticos, bem como a perda do acesso ao Golfo Pérsico e do controle do Mediterrâneo, e lançar sobre a URSS a responsabilidade pela divisão da Europa.

2. Foi considerado o maior estrategista da Segunda Guerra Mundial, Chefe do Estado-Maior de setembro de 1939 até o fim de 1945, quando as tropas estadunidenses cresceram de 200 mil para 8 milhões e meio de homens.

3. Só a Argentina não se fez representar, por ser seu governo considerado totalitarista.

Por sua vez, o bloqueio de Berlim, em 1948, iria mobilizar o Bloco Ocidental que, através do Tratado de Washington, em 4 de abril de 1949, dava origem a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). E, assim, os Estados Unidos emergiam como potência industrial-militar única até que, em 1949, se impusesse a *bipolaridade*, com a URSS anunciando a explosão de sua primeira bomba atômica, quebrando o monopólio sobre a grande arma, e formando o Pacto de Varsóvia, em 15 de maio de 1955.

Getúlio Vargas (1930 - 1945) conseguira, durante o conflito mundial, negociar com o Governo de Washington o *Acordo Jesse James* para investimento na indústria siderúrgica brasileira (Volta Redonda). Fortalecia-se o Eixo Norte/Sul com a cessão de base em Natal, no geoestratégico corredor de estrangulamento, e nossa participação militar na guerra. Findo o conflito, o Brasil já engajado em sua fase desenvolvimentista, partícipe da Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos, procuraria apoio financeiro de Washington. Mas, em face do perigo mais eminente na Europa, teria

pouco êxito a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, já que o Eixo Leste/Oeste, caracterizado como Guerra Fria, começava a se implementar. Nessas circunstâncias, a geoestratégia brasileira se ateu ao regionalismo, visando a melhorar a integração com os vizinhos da Bacia do Prata, através da construção de rodovias e ferrovias, tendo Vargas realizado duas viagens a Buenos Aires.

O Eixo Norte/Sul

Em Havana, no ano de 1940, as nações americanas subscreveram uma declaração de assistência recíproca de cooperação defensiva, em que se impunha a necessidade e conveniência de se redigir um documento que unisse o continente no momento em que a Europa se engajava na Segunda Guerra Mundial. No entanto, só em 1945, quando o conflito estava praticamente por terminar, é que esse documento surgia através da Resolução VIII intitulada *Assistência Recíproca e Solidariedade Americana*.

Essa declaração coletiva, assinada pelos representantes das nações americanas³ no Palácio de Chapultepec, nos arredores da

Cidade do México tinha definição concreta. O sistema interamericano devia tomar um posicionamento fora da OEA (Organização dos Estados Americanos), em face da nascente ONU (Organização das Nações Unidas) planejada em Washington, em dezembro de 1944, para substituir a Liga das Nações. Era o esforço do regionalismo para atenuar o internacionalismo. Era um regionalismo implantado em bases reacionárias, em face do expansionismo russo, com a URSS membro do Conselho Permanente da ONU.

A *Ata de Chapultepec*, que recebeu a adesão da Argentina em março de 1945, precisamente no dia 27, ao declarar guerra à Alemanha e ao Japão, seria a célula-mater do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), assinado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente.

No Brasil, o TIAR foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 5, de 14 de fevereiro de 1948, publicado no *Diário Oficial* de 18 de fevereiro do mesmo ano. A

ratificação em 5 de março de 1948 depositou o documento na União Pan-Americana, em Washington, no dia 25 do mesmo mês e ano. Ele foi promulgado pelo Decreto nº 25.660, de 13 de outubro de 1948, publicado no *Diário Oficial* de 8 de novembro do mesmo ano, observando-se que o General Eurico Gaspar Dutra procurou, durante seu governo (1946 – 1951) fortalecer o alinhamento e cooperação com os Estados Unidos, rompendo com Moscou e levando para a ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro. Seria, assim, o primeiro presidente brasileiro a visitar os Estados Unidos, em maio de 1949, quando Harry Truman já estava no poder em Washington.

O TIAR se propunha a cobrir em sua zona de defesa a ilha americana, cuja segurança se liga diretamente à liberdade de navegação nos oceanos Atlântico e Pacífico, que não estão cobertos no todo sentido leste/oeste e não dispõem de força armada regular como a da OTAN. Só foi invocado pelos Estados Unidos uma única vez, em 1962, durante a crise dos mísseis em Cuba, quando seus signatários, em uníssono, se levantaram contra os russos, que recuaram.

Coincidentemente, essa crise traria, ao Brasil, em fevereiro de 1960, o Presidente Dwight Eisenhower, praticando a diplomacia da Guerra Fria, no momento em que Cuba se transformava no ponto de apoio do Kremlin dentro da faixa de segurança do TIAR.

Nesse período de aliança incondicional com os Estados Unidos, enquanto o Brasil dava passos mais significativos no campo do desenvolvimento econômico interno, falharia a OPA (Operação Pan-Americana), durante os governos Kubitschek - Eisenhower. Impunha-se um recrudescimento no contexto do Eixo Norte/Sul, com o governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) rompendo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que não apoiaria a construção de Brasília, para, engajando-se mais numa geoestratégia regionalista, ajudar a criar o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Pouco depois da euforia da era Kubitschek, dos 50 anos em 5 anos e da inauguração de Brasília como capital fora do ecúmeno estatal, entrava o País numa fase de turbulência dos sete meses de Jânio Quadros e o pseudoparlamentarismo im-

posto a João Goulart. Entrava num processo de comunização, quando a Aliança para o Progresso dos governos Goulart e Kennedy procurava tirar os Estados Unidos do regionalismo abstrato em que viviam. Nos seus sete meses de governo, (1961), Jânio Quadros daria o primeiro grande golpe na geoestratégia do Eixo Norte/Sul, adotando uma política externa bastante ousada para a época. Além de criticar a tentativa de invasão de Cuba⁴ pelos Estados Unidos, começou a estreitar laços econômicos e políticos com países comunistas, como a China, onde se encontrava o Vice-Presidente João Goulart no momento em que renunciou. Já havia então, Jânio Quadro, solicitado que seu chanceler, Afonso Arinos de Mello Franco, tomasse as medidas necessárias para o restabelecimento das rela-

ções diplomáticas com a União Soviética.

Já então com o Eixo Leste/Oeste se sobrepondo sempre ao Norte/Sul dentro da premissa geopolítica de que as grandes decisões seriam tomadas no hemisfério setentrional, estabelecia-se, a longo prazo, uma dinâmica conflitual dentro do que se destacava como supremacia ou presunção hegemônica dos Estados Unidos. Mesmo assim, a despeito das falhas na implementação dos financiamentos de que o Brasil necessitava, a política das fronteiras ideológicas nos mantinha como aliados incondicionais da nação do norte.

Dentro, porém, da premissa de que conviver é sempre mais difícil do que coexistir, o Brasil foi, aos poucos, percebendo que pertencer ao Bloco Ocidental não implicava integrar-se ao Primeiro Mundo. A despeito de terem sido os Estados Unidos acusados de ajudarem a derrubada do governo Goulart e a implementação do *contragolpe de 31 de março de 1964*, e do Chanceler Juracy Magalhães ter se pautado em *o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil*, a geoestratégia seguida para com a potência

do norte começou a não ser mais de alinhamento automático.

E, nessas condições, começou a desviar suas diretrizes geopolíticas para o campo do pragmatismo responsável, que Raymon Aron no seu livro *Paz e Guerra entre as Nações* assim justificava: *a noção de interesse nacional implica simplesmente que os responsáveis pelo Estado se voltem, em primeiro lugar, para a existência e a segurança da nação; não devem propor objetivos desmesurados, nem se iludir com os recursos à sua disposição, sonhando em transformar o mundo.*

E, assim, dentro do princípio de que uma política externa independente não implicava no nosso afastamento do Bloco Ocidental, o Itamaraty, dentro do *pragmatismo responsável*, passou, sobretudo a partir de 1970, a basear suas diretrizes dentro de uma relação madura que não era de alinhamento automático. E isso ocorria; justificava nosso Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro,⁵ porque *os Estados Unidos são uma potência com interesses em todas as partes do mundo. Eles são o pivô, o centro de alianças militares e de toda*

4. Chegou mesmo a entregar ao então Ministro da Indústria do governo Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, quando de sua visita a Brasília (1961), a ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta honraria do país. Já na oposição, Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara, condecorava no Rio o líder anticomunista Manuel Antonio de Verona.

5. *As Relações Leste/Oeste e o Terceiro Mundo - Uma Visão Sul-Americana*, preparado para a Reunião da Atlantic Conference - St. Croix VI, EUA, de 7 de novembro de 1982.

uma complexa e variada gama de relacionamentos com todas as regiões do mundo e todos os países. E que, em

O Brasil foi, aos poucos, percebendo que pertencer ao Bloco Ocidental não implicava integrar-se ao Primeiro Mundo.

algumas ocasiões não será fácil harmonizar os seus interesses, nessas diversas partes e esses diversos engajamentos que eles têm.

Nos anos 70, acentuava-se a desvantagem geoestratégica dos Estados Unidos diante da URSS que, com a *Doutrina de Facilidades Navais do Almirante Sergei Gorshkov*, buscava posicionamento para seu país nos mares quentes do sul, valendo-se da política de fechamento de rotas de Mahan no desguarnecido *Crescente Externo Insular* de Mackinder.

Nesse período, a URSS, de forma efetiva e prática, procurava fazer-se presente de modo compatível com sua situação de superpotência, sobretudo na ribeira africana do Atlântico Sul onde, segundo Ronaldo Sardenberg⁶

6. Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Informação do Gabinete - entrevista concedida à Empresa Brasileira de Notícias, 1º de novembro de 1982.

não existia uma visão sul-americana unificada quanto à confrontação Leste/Oeste e, embora fosse crescen-

temente afetada pela confrontação, a América do Sul, no essencial, permanecia marginal à mesma dentro do pluralismo, que é a tônica no Ocidente.

Do exposto, observa-se que, só mesmo acidentalmente a América do Sul entrava no campo das prioridades dos Estados Unidos. Área considerada das mais inexpressivas na geoestratégia da bipolaridade, só despertava as atenções do Governo de Washington dentro da política globalista. Só quando se esboçava em determinada área do continente um sinal de inserção no contexto da Guerra Fria, era ela promovido à esfera das prioridades da política externa de Washington, voltada logicamente para o planejamento regional do *containment* ou contenção.

É interessante notar que, no contexto da Guerra Fria, existia uma inclinação da América Latina para a for-

mação dos ditos regimes *nacionalistas*, apoiados em apelos às massas, explorando o preconceito histórico do *imperialismo* estadunidense. E, quando tal fato ocorria, o Governo de Washington explorava o lado da solidariedade hemisférica, valendo-se sobretudo da OEA. E vai ser justamente a OEA que irá evitar, no caso de ser preciso, a intervenção, que esta não apareça como ação unilateral, passando a se identificar com os interesses continentais. Assim ocorreria com a crise da República Dominicana, em 1965, de cuja intervenção, em prol dos interesses hemisféricos, o Brasil participou como aliado incondicional dos Estados Unidos.

De um modo geral, parecia que, para o Conselho de Segurança dos Estados Unidos, não havia o perigo de um ataque comunista a qualquer país latino-americano, a não ser num contexto de guerra geral. No entanto, reconhecia esse órgão que os comunistas tinham possibilidades de controle em países latino-americanos, via métodos eleitorais, quando não conseguiam a participação direta na política nacional, ressaltando-se que, em 1958, foi notória a manifestação de

grupos ultranacionalistas no Brasil e Argentina. Relatório do Comitê de Coordenação de Operações (1958)⁷ chegou mesmo a criticar a falta de interesse de nosso Governo em combater a infiltração comunista, muito embora fosse grande o crédito na área militar, de tendência direitista.

A visita de Richard Nixon a vários países do continente, recebido em alguns locais com manifestações anti-Estados Unidos, reforçaria o que previra o Relatório de 1956 do Comitê de Coordenação de Operações: *o problema comunista permanece sério no Brasil, Chile, Equador, Bolívia, e também é potencialmente prejudicial aos interesses dos Estados Unidos em Cuba, Guatemala, Uruguai e Argentina... Comunistas locais tiveram um papel importante nas eleições brasileiras, e a disposição do novo governo de agir contra eles é ainda desconhecida.*

Tendo conseqüências globais, na geoestratégia da segurança os problemas de-

tectados pela Geopolítica não eram apenas regionais. Nessas condições, a defesa do hemisfério deveria ser baseada na proteção tanto do flanco norte como na do flanco sul, visto que os dois proporcionavam não só acesso aos recursos regionais, mas também às ligações seguras com o resto do mundo. Em conseqüência, só uma cooperação efetiva dos Estados Unidos, não apenas com o Canadá (membro da OTAN), mas também com a América Latina (associada do TIAR), seria capaz da manutenção da proteção dos dois flancos, evitando a investida de forças numa determinada área, quando afetada pela crise, e o avanço da Doutrina Gorshkov, chegando até a ante-sala dos aliados do Eixo Leste/Oeste, em Cuba, Nicarágua e Cabo Verde.

O Canadá tinha e tem, sem dúvida, um envolvimento especial com a segurança dos Estados Unidos, quer por sua proximidade geográfica, como pela interdependência econômico-social que o destaca bem mais que o México no NAFTA (*North American Free Trade Agreement*). Em conseqüência, o sistema de alarme antecipado Estados

Unidos/Canadá, bem como os direitos de acesso e as facilidades para proteção aérea e marítima no Atlântico Norte dotam o país bilíngüe norte-americano de três frentes oceânicas como peça de grande importância geoestratégica no âmbito não só da OTAN e do Ártico, como também do TIAR, muito embora, neste, só se incluía dentro de sua zona de segurança.

Assim, se o Canadá, por seu posicionamento é da maior importância para a defesa da segurança do hemisfério no flanco norte, o Brasil também o é, na área de estrangulamento do Atlântico, cortado pelo equador terrestre que lhe dá, nesse oceano, dupla face.

No entanto, o Eixo Leste/Oeste tendia a ofuscar ou pelo menos, minimizar o Norte/Sul. E, muito embora viesse explicitado no Relatório de 1956 do Comitê de Coordenação e Operações que: *a posição única dos grupos militares na América Latina tornava importante a influência dos Estados Unidos sobre eles*, apontava como fator fundamental para a manutenção dessa influência, *a habilidade que os Estados Unidos venham ter ao oferecerem treinamento e*

7. Um dos documentos da série - *Formulações de Política do Conselho de Segurança* (Operation Coordinating Board) para a América Latina, de 1954 a 1958 - Biblioteca Presidencial Dwight Eisenhower.

equipamento. Justificava, sobretudo, que em alguns casos, e um deles era o do Brasil, seria de suma importância que os Estados Unidos garantissem *todo esse equipamento, principalmente por motivos políticos*.

A partir de 1961, com Cuba já na esfera de influência do Kremlin, alguns países latino-americanos, em especial os do geoestratégico Cone Sul, para combater a infiltração comunista, passaram a restringir as liberdades, e isso foi pouco a pouco tornando-se intolerável para a cultura política dos Estados Unidos. Passaram, então, *meios liberais* estadunidenses a pressionar o Congresso no sentido de suspender a ajuda militar ou econômica a esses países, em especial ao Chile e ao Uruguai. Dentro, pois, do contexto geoestratégico, o relacionamento Norte/Sul passou a formar um sistema de linhas cruzadas. Convivência ideológica entre o norte liberal e o sul conservador tomaram-se cada vez mais difíceis, com as nações do Cone Sul cerrando fileiras em torno da segurança nacional, votando em uníssono quando aparecia uma sanção contra o Chile, como a da reunião da OEA de 1977.

No ano anterior, na *Lei de Ajuda Externa*, o Congresso dos Estados Unidos requereram, do Departamento de Estado, Relatórios Anuais sobre a situação dos *direitos humanos* nos países a serem beneficiados. E, já no primeiro desses Relatórios, em 1977, eram grandes as críticas feitas ao Brasil, o que levava Jimmy Carter a armar uma ofensiva contra o acordo nuclear Brasil/Alemanha, para forçar, indiretamente, o Governo brasileiro a iniciar o *processo de abertura*.

A viagem de Carter ao Brasil, agendada para novembro de 1977, era cancelada e substituída por uma da 1ª Dama Rosalyn Carter, em caráter informal, que se realizou em junho do mesmo ano; piorava ainda mais o relacionamento Brasil/Estados Unidos, quando Carter discursou na Universidade de Notre Dame (maio de 1977), com o Cardeal Evaristo Arns no pódio, para receber um grau honorário. Na ocasião, dissera Carter:

Estamos já livres daquele medo desordenado do comunismo que nos levava, outrora, a abraçar qualquer ditador que se unisse a nós em nosso medo.

Consequentemente, *apolítica dos direitos humanos*,

que se tornava a tônica do governo Carter, iria reduzir a eficácia geoestratégica do Eixo Norte/Sul com o declínio da assistência militar e da capacidade de os países do flanco meridional apoiarem os interesses estadunidenses.

Era essa a geoestratégia do Pentágono, a despeito do crescimento da presença aeronaval da União Soviética em Cuba; tudo isso, a despeito, também, de as forças militares cubanas, grandemente dependentes do Kremlin, estarem aumentando, se modernizando e sendo profissionalizadas para servirem ao comunismo num incipiente país que surgia na África, Angola.

A arena do Eixo Leste/Oeste chegava ao Atlântico Sul no momento em que as forças de segurança em muitos países da América Latina permaneciam praticamente incapazes de se defenderem contra a própria oposição armada da guerrilha esquerdista.

Era esse o reflexo da *Doutrina Carter*, ignorando o envolvimento, pelo sul, da *Doutrina Gorshkov*, desprezando, de um modo geral, a América Latina, para dedicar-se, com quase exclusividade, ao Eixo Leste/Oeste, centrado no Oriente

Médio e no Golfo Pérsico. O reflexo da *Doutrina Carter* no Brasil denunciava o Acordo Militar com os Estados Unidos (Decreto nº 79.376, de 11 de março de 1977), que nota do Itamaraty justificava como *consequência à introdução de alterações na legislação norte-americana que modificaram, de forma inaceitável, as condições em que se vinha processando a cooperação militar entre os dois países sob a égide do acordo firmado no Rio de Janeiro a 15 de março de 1952*. Continuava a nota que tal atitude era *um desdobramento, pelos mesmos motivos, da recusa de aceitar qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame por órgãos de governo estrangeiro de matérias que por natureza, são de exclusiva competência do Governo do Brasil*.

Impunha-se a *geostratégia do pragmatismo responsável*, com Carter vindo ao Brasil, em março de 1978, onde foram não só difíceis como formais as conversações sobre as questões dos direitos humanos e da política nuclear. O não alinhamento compulsório estava traçado, pois nos últimos 40 minutos que passou no

Rio, o então Presidente dos Estados Unidos encontrava-se com o então Cardeal de São Paulo, Evaristo Arns, o grande crítico do regime militar, que o levou ao Galão, de onde seguiu rumo à África.

Ocaso do Eixo Norte/Sul

Com a denúncia do Acordo Militar pelo Brasil, sem o substancial aumento nos programas de cooperação militar combinados com a vontade de fornecer equipamentos para a defesa coletiva, começaram, os Estados Unidos, a perder, no flanco sul, a liderança de uma coalizão geoestratégica digna de crédito para acionar o TIAR.

E, se uma política externa independente não significa o afastar dos aliados naturais, a idéia hemisférica passava a ser suplantada pela dicotomia amigo-inimigo, enquanto o próprio conceito de amizade passava a *ser utilizado como instrumento de reforço da dependência vertical, abastardando-se a noção de amigo fiel para equipará-la a um aliado dócil ou satélite*.

Eram essas as palavras do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, analisando nossas

diretrizes externas, em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, no dia 4 de setembro de 1981. *É um contra-senso pensar-se em uniformizar e unificar mecanicamente o Ocidente, seja no nível nacional seja no nível internacional*, afirmava então Saraiva Guerreiro, *sobretudo ante a ambigüidade de seu líder. No âmbito continental, por exemplo, essa ambigüidade do líder e a progressiva independência dos liderados se reflete na própria esfera do TIAR, anulando pois o Eixo Norte/Sul*.

O Brasil passaria a ampliar e aprofundar sua presença internacional, traçando suas diretrizes difundentes. Esse esforço universalista nascia não somente de uma disposição teórica, mas também da necessidade geoestratégica para enfrentar as questões concretas e imediatas que a convivência internacional a cada dia nos indicava.

Faltava menos de uma década para que se desfizesse o Eixo Leste/Oeste. Com o desaparecimento do 1º e 2º Mundos, o 3º Mundo sofreria grande reestruturação, enquanto do seu contexto heterogêneo se destacariam as *nações emergentes*, e uma

delas seria o Brasil. E assim sendo, o esforço de globalização da presença externa brasileira era *um dos caminhos seguros para aumentar o leque das opções numa fase de crise internacional*, concluiria Saraiva Guerreiro. Crise internacional que, em desdobramento, nos faria voltar para um efetivo Eixo Sul/Sul. Dentro desse novo contexto geoestratégico, em dezembro de 1982, quando exercia o seu primeiro mandato, Ronald Reagan vinha ao Brasil e elogiava o último presidente da contra-revolução, o General João Baptista de Figueiredo. Não iria, porém, contar com a anuência do Governo brasileiro na *Crise das Malvinas*, cuja soberania reconhecíamos para a Argentina, pois a nossa geoestratégia era a de oposição a gibraltarização do Atlântico Sul, com esse arquipélago transformando-se em trampolim da OTAN no alinhamento Gibraltar - Ascensão.

Colocando-se contra o TIAR e a favor da OTAN,

Ronald Reagan declarava não permitir que *a Inglaterra fosse derrotada no Atlântico Sul*.⁸ E o que se pensava ser

A posição do Brasil, reconhecendo a soberania argentina nas Malvinas e a atitude dos Estados Unidos de apoio a Inglaterra demonstravam as diferenças estratégicas entre as cúpulas dos dois países.

um desvio temporário da OTAN para o Atlântico Sul, transformava-se num processo de legitimação. A própria Margaret Thatcher falando aos membros da Comunidade Atlântica Europeia afirmava que a intenção de seu Governo era a de *ignorar o limite arbitrário do Atlântico Norte*, referindo-se ao Artigo 6 do Tratado da OTAN que lhe deu o direito de operar, no caso das Malvinas, *fora da área da OTAN em defesa dos objetivos da OTAN*.

A posição do Brasil, reconhecendo a soberania argentina nas Malvinas e a atitude dos Estados Unidos de apoio a Inglaterra demonstravam as diferenças estratégicas entre as cúpulas dos dois países. Evidenciava-se que os Estados Unidos não possuíam uma política de *per se* favorável ao Eixo Sul ou a qualquer de seus aliados do

TIAR. Suas diretrizes estavam bem mais ligadas às aspirações e responsabilidades globais, em detri-

mento das bilaterais ou regionais, ao manterem as Malvinas como *porta dos fundos* da OTAN.

Destacou Hélio Jaguaribe⁹ que *a clivagem Norte/Sul exacerbada pela Crise das Malvinas se fez sentir particularmente no âmbito das Relações Internacionais. Fundadas na premissa da solidariedade continental expressada pela Carta da OEA, as relações interamericanas encontraram no TIAR o corolário defensivo dessas premissas, assegurando a cooperação de todos os países do continente contra riscos de agressão a quaisquer deles por uma potência extracontinental.*

Concluímos assim que, desfeito o mito da soberania continental com o processo da perda de legitimidade por parte da OEA e, ainda, o da viabilidade do TIAR ante o desaparecimento de cena do

8. Vide *Latin American Weekly Report* - 1984.

9. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do Sistema Interamericano* - Editora Terra e Paz - IEPES - Rio, 1995.

comunismo, o então inimigo externo comum, o Atlântico Sul, sem dispor dos dois sistemas e ainda de eficazes alternativas, levariam o Brasil a traçar as suas condicionantes geoestratégicas. Adveio daí o objetivo de operacionalizar a linha ou Eixo Sul/Sul, como prioridade de nossa política externa, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral. Teríamos que agir no sentido de consolidar uma identidade regional específica através do ZCPAS (Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul) e do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul).

O Eixo Sul/Sul

ZCPAS

Em julho de 1986, o Presidente José Sarney (1985 - 1990) enviava mensagens aos chefes-de-Estado da Argentina, Angola, Cabo Verde, Congo, Guiné, Guiné-Bissáu, Nigéria, Senegal e Uruguai, solicitando o apoio dos referidos governos para o projeto que se intitularia *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Em 27 de outubro desse mesmo ano, por 124 votos a favor, 8 abstenções (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Japão,

Luxemburgo, Holanda e Portugal) e o voto contrário dos Estados Unidos conseguiu que a Assembléia Geral da ONU aprovasse o Projeto de Resolução A/41/L.II, declarando o Atlântico Sul como *Zona de Cooperação e Paz*.

Condenavam, os Estados Unidos, o ZCPAS que chamou de *negociações multilaterais*. Era um *multilateralismo* mais do que necessário à geoestratégia brasileira, já que não nos era possível coagir potências fora da área. Donde ser de conjunto a ação apropriada para, ainda que por número reduzido de nações do Atlântico Sul, exortar e persuadir às superpotências, dentro de um órgão internacional criado para a manutenção da paz.

A outra justificativa para o voto negativo foi a de que a Resolução dava a entender que se deviam *aplicar restrições ao acesso de atividades navais no Atlântico Sul*. Procuravam os Estados Unidos evitar o *fechamento* da região às estratégias militares do Pentágono, tendo em vista ter se agravado no período pós-Malvinas o distanciamento do Brasil e da Argentina para com o governo Reagan. No entanto, dentro da concepção geoes-

tratégica dada ao Atlântico Sul, as marinhas do continente americano continuaram participando do exercício conjunto de adestramento ministrado pelos Estados Unidos, através da *Operação Unitas*, que teve sua origem durante a Guerra Fria. Muito embora fruto do ZCPAS, a *Operação ATLANSUR* passou a levar as armadas do Atlântico Sul à manobras conjuntas, com a finalidade de lançar pontes de cooperação entre as duas ribeiras desse setor oceânico.

Conclui-se que a ZCPAS se imporia como geoestratégia, quando o Eixo Leste/Oeste passou a se sobrepor ao Norte/Sul, destacando que as exigências globais dos Estados Unidos começavam a criar óbices à política regional. Primeiro, com o *Carterismo* levando o Governo de Washington a se voltar para outros auditórios, enquanto a passividade da OEA jogava a Doutrina de Monroe para um segundo plano. Segundo, porque com Reagan vinha à baila o velho conceito de Foster Dules, para quem a política dos Estados Unidos não devia se preocupar em fazer amigos, e sim em defender seus interesses. E foi levando em conta seus interesses no

Atlântico Sul, as marinhas do continente americano continuaram participando do exercício conjunto de adestramento ministrado pelos Estados Unidos, através da *Operação Unitas*, que teve sua origem durante a Guerra Fria. Muito embora fruto do ZCPAS, a *Operação ATLANSUR* passou a levar as armadas do Atlântico Sul à manobras conjuntas, com a finalidade de lançar pontes de cooperação entre as duas ribeiras desse setor oceânico.

Países como o Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia, Venezuela, México, Cuba, Guiné-Bissáu, Congo, Angola, Cabo Verde, Nigéria, Senegal, Guiné, Alemanha, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda e Portugal, e o voto contrário dos Estados Unidos, conseguiram que a Assembléia Geral da ONU aprovasse o Projeto de Resolução A/41/L.II, declarando o Atlântico Sul como *Zona de Cooperação e Paz*.

O voto negativo foi a de que a Resolução dava a entender que se deviam aplicar restrições ao acesso de atividades navais no Atlântico Sul. Procuravam os Estados Unidos evitar o fechamento da região às estratégias militares do Pentágono, tendo em vista ter se agravado no período pós-Malvinas o distanciamento do Brasil e da Argentina para com o governo Reagan. No entanto, dentro da concepção geoes-

10. *Geo-Pensamentos e Relações de 1964* defendida pela Igreja Católica.

Atlântico Norte que o Pentágono preferiu ver as Malvinas nas mãos da Inglaterra, um aliado mais seguro, capaz de manter longe dos apetites do Kremlin a preciosa passagem Atlântico – Pacífico. Nesse setor do Atlântico Sul, as Malvinas transformavam-se em bastião quase idêntico ao representado do outro lado pela África do Sul/Namíbia.

Para os membros da OTAN, o Brasil não devia apoiar reivindicações territoriais no setor meridional atlântico, já que, face à importância geoestratégica, esses trampolins insulares deviam permanecer em poder de países ocidentais. Apoiando a soberania argentina nas Malvinas, o Brasil rompia a estrutura de segurança hemisférica do TIAR e, em conseqüência, acarretava o aumento de influência da URSS na região.

O fato é que, interessado no estabelecimento de um bloco que pudesse dar certa segurança ao Atlântico Sul sem compromissos prematuros, o Brasil, já revelando relação madura com os Es-

tados Unidos, que não era mais de alinhamento automático, tratou de implantar um Eixo Sul/Sul. E, nesse contexto, se insere a definição do Professor Daniel Rótulo,¹⁰ da Universidade da República Oriental do Uruguai: *a zona de paz é concebida como tendo um sentido instrumental positivo, pelo fato de delimitar responsabilidades estratégicas, buscando evitar a interferência externa, permitindo um maior desenvolvimento ao Poder Militar dos países da região. A neutralização do Atlântico Sul, sem desenvolvimento de uma cena dissuasória regional seria pura utopia.*

O Brasil é um país que respira pelo mar e que, embora não sendo bioceânico é dotado de duas faces litorâneas – uma voltada para o hemisfério continental na zona de estrangulamento do Atlântico e a outra, justamente sua maior linha costeira dependente do hemisfério oceânico. Como múltiplo vetor no Atlântico Sul, a *intimidade geográfica* do Brasil (usando expressão do Embaixador Gibson Barbosa), com países sul-americanos, nos induz a edificação de um destino comum. Por outro lado, nossas afini-

dades geoistóricas e a proximidade com a ribeira africana tendem a cimentar sólidos interesses comuns. Trata-se, pois, de dinamizar a diretriz regionalista na bacia do Atlântico Sul, no momento em que os assuntos marítimos vêm assumindo importância sempre crescente no âmbito das Relações Internacionais.

No entanto, o Eixo Sul/Sul tinha que caminhar em uníssono com um contexto Leste/Oeste que se desfazia. O hemisfério setentrional não poderia ser alijado da geoestratégia brasileira. Assim, enquanto o Eixo Norte/Sul do pan-americanismo se enfraquecia, o Presidente General Ernesto Geisel (1974 - 1990) tratava de visitar 4 países desenvolvidos – França, Inglaterra, Alemanha e Japão, os dois últimos já voltados para a geoestratégia globalista de Eixos Norte/Sul, preconizadas em 1937 por Haushofer. A bipolaridade EUA – URSS dava mostras que entraria no caso, e que já se implantava a fase transicional da multipolaridade.

MERCOSUL

Em 1990, era eminente a formação de um outro Bloco

10. *Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiro em Relação ao Atlântico Sul, no período de 1964-1990* – Tese de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991.

Sul/Sul. Em dezembro desse ano, George Bush vinha ao Brasil numa rápida passagem que não durou mais do que 24 horas. Desfizera-se o Eixo Leste/Oeste com o desmoronamento da União Soviética, enquanto o Japão e a Alemanha procuravam consolidar seus respectivos blocos econômicos. Era a conjugação dos espaços vitais procurando acoplar o norte industrial desenvolvido tecnologicamente, ao sul subdesenvolvido, numa globalização de Eixos Norte/Sul. Impunha-se na globalização a fase do neocolonialismo. Na rápida conversa que teve com o então Presidente Fernando Collor de Mello, Bush ouviu críticas sobre o domínio tecnológico dos países desenvolvidos, obtendo dos Estados Unidos um avanço na área tão fechada de transferência de alta tecnologia, assegurando a venda ao Brasil da *vector facility*, placa eletrônica que, acoplada a um megacomputador, iria permitir à EMBRAER realizar testes aerodinâmicos.

Três meses depois, em 26 de março de 1991, já no governo José Sarney (1985 - 1990), era assinado o *Tratado de Assunção* entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai criando o MERCOSUL; na

realidade, uma comunidade regional transformada em escudo para contemporizar a extrema interdependência com o Norte o que vem implícito no seu preâmbulo, determinando o seguinte:

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países, expressando que esse processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos.

Embora com carências e incertezas, o MERCOSUL é uma realidade que se está forjando no setor do Cone Sul. *Para efeitos geoestratégicos, o que se vem observando no contexto geoeconômico dos Eixos Norte/Sul e de mercados locais é o embate entre a conjugação de espaços vitais - globalização, e de autoproteção - regionalização. E só o tempo dirá se continuarão a se entender: na União Européia a Alemanha, França e Inglaterra; na Zona de Co-prosperidade do Pacífico, o Japão e a China e, na América, o NAFTA e o MERCOSUL. Em se tratando do fator geocultural somos, no MERCOSUL, um*

bloco bem mais homogêneo do que os formadores da UE e do NAFTA, nascido em 12 de agosto de 1992, unindo Estados Unidos, Canadá e México.

Na geoestratégia da nova ordem mundial, os Estados Unidos permaneceram imponentes diante de várias crises na Iugoslávia e no Oriente Médio. E, enquanto procuravam manter o seu *status* no continente europeu ficavam, sobremodo, distantes do continente americano na geoestratégia de a América em primeiro lugar.

Europa: Novo Eixo Leste/Oeste

O Muro de Berlim, com seus 45 km de comprimento e 4 metros de altura representou, durante três décadas, ou seja de 1961 até novembro de 1989, quando foi demolido, a poderosa metáfora do cisma Ocidente/Oriente materializada no Eixo Leste/Oeste da Guerra Fria.

Com a queda do Muro de Berlim, a geopolítica européia mudou por completo. A URSS implodiu, a Alemanha se reuniu, a Iugoslávia se desfez, a Tchecoslováquia se dividiu. Face a essa autêntica reviravolta no mapa da Euro-

pa,
guer
mais
soas
dire
sen
Mun
está
dun
A
dera
de ur
a exp
Leste
se n
dens
polít

Pa
BE
Ca
DI
FR
AL
GE
IS
IT
LU
HO
NG
PC
ES
TU
RE
EU
PC
HU
RE

pa, onde as duas grandes guerras ceifaram a vida de mais de 50 milhões de pessoas nesse século XX, as diretrizes geopolíticas no sentido de unificar o Velho Mundo numa comunidade estável nem sempre se coadunaram.

Assim, pode ser considerada como geoestratégia de um novo Eixo Leste/Oeste a expansão da OTAN para o Leste Europeu, constituindo-se na iniciativa estadunidense de maior alcance, em política externa, desde o fim

da Guerra Fria. Trata-se de uma abordagem definitiva para a segurança dos Estados Unidos, para a paz no continente, bem como para a defesa de países até a fronteira com a Federação Russa que é, atualmente, uma incógnita geopolítica.

Em 27 de maio de 1997, nascia uma nova OTAN avançando sobre os despojos do Pacto de Varsóvia, desfeito em 1990, que o quadro abaixo destaca.

A inclusão na Aliança Atlântica da Polônia, Hun-

gria e República Tcheca destaca que a escolha foi de caráter bem mais geoestratégico do que geopolítico, pois são justamente esses os três países que apresentam, por suas fronteiras vivas, os mais efetivos conflitos latentes. A Polônia, por repartir, com a Federação Russa, a Prússia, núcleo geohistórico da Alemanha, deixando no ar a seguinte pergunta: ficará a Alemanha, agora reunificada, durante quanto tempo conformada com a exclusão da terra dos

<i>Países Membros</i>	<i>Forças Armadas</i>	<i>Blindados</i>	<i>Aviões de Combate</i>
BÉLGICA	80,7 mil	359	122
CANADÁ	84 mil	144	198
DINAMARCA	29,2 mil	499	106
FRANÇA	431,7 mil	1.343	910
ALEMANHA	447 mil	709	771
GRÉCIA	159,3 mil	1.879	381
ISLÂNDIA	260 mil	—	—
ITÁLIA	345 mil	122	451
LUXEMBURGO	800 mil	—	—
HOLANDA	93 mil	913	188
NORUEGA	32,7 mil	211	85
PORTUGAL	58,3 mil	129	83
ESPANHA	217 mil	838	228
TURQUIA	60,3 mil	3.928	595
REINO UNIDO	293,5 mil	1.318	511
EUA	1.913,75 mil	15.745	6,05 mil
PAÍSES DO LESTE EUROPEU			
POLÓNIA	273 mil	2.807	508
HUNGRIA	76 mil	1.331	143
REP. TCHECA	110 mil	1.703	231

Fonte: *Jornal do Brasil* (28 de maio de 1997)

junkers, os artífices de sua unificação, em 1870? Estará a Alemanha conformada em manter fora de suas fronteiras os Sudetos, atualmente dentro da República Tcheca? E a Hungria não irá reivindicar na Voivodina, da desfeita Iugoslávia, a continuidade de sua *puzta*?

Segundo o Secretário Geral da OTAN, Javier Solana, *ninguém dissolve o Corpo de Bombeiros só porque não houve incêndio no ano passado*. Mas para os principais responsáveis pela política externa dos Estados Unidos, entre os quais Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski, além de ser moral e politicamente injustificável, é, sobretudo, perigoso virar as costas para a Barreira do Inferno de Haushofer, que Churchill batizou como Cortina de Ferro. Mostra-nos a História que o afastamento dos Estados Unidos da Europa, após a Primeira Guerra Mundial, e a relutância de entrarem no recente conflito Bósnia/Herzegovina, arrastaram o Pentágono para circunstâncias não muito cômodas, levando a Secretária de Estado, Madaleine Albright, a afirmar que *só ampliando as garantias de segurança, estamos reduzindo as chances de que nossas*

tropas sejam novamente chamadas a lutarem na Europa.

Dentro do enfoque geoestratégico, o novo Eixo Leste/Oeste marca o fim da Guerra Fria e o início de uma *Guerra Tépidia*, de confronto sem ideologias. Confronto que pode induzir o Kremlin a pensar que a Federação Russa está sendo tratada como o inimigo de uma OTAN que se expande. A Federação Russa sente, por outro lado, por tradição, a amargura de ser sempre excluída do *affaire* europeu, e, sentindo que havia chegado o momento de viver em harmonia com o seu continente, os Estados Unidos frustam-lhe os planos.

A realidade, porém, é que, mesmo tendo os fatos registrado o fim do antigo Eixo Leste/Oeste de confronto ideológico, subsiste nas portas da Europa o *urso belicoso* para o Ocidente que tem posto em prática uma *geopolítica de mão dupla* com acordos de cooperação e palavras de camaradagem, mas temperada com a expansão da OTAN por precaução. Isso levando em conta que se Yeltsin foi capaz de bombardear o seu próprio Parlamento, em 1993, para sufocar uma rebelião comunista, e teima em resolver seus

problemas pela força, como fez com a Chechênia, o que não fará contra uma ameaça externa?

Embora a incôgnita Federação Russa não passe de desmoralizada ex-potência, a continuada precaução do Ocidente pode vir a gerar um monstro, tendo em conta que, só depois de muita retórica, Yeltsin concordou em deixar o caminho livre para a ampliação da aliança militar ocidental. A humilhação do antigo todo poderoso se resumiu na criação de um *Conselho Conjunto*, no qual Moscou será simplesmente comunicado sobre as decisões dos antigos rivais, sem que isso lhe dê poder de veto sobre elas.

Tal como ocorreu com a Alemanha, em Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial, a ampliação da OTAN é um humilhante lembrete de que o outro lado é o vencedor da Guerra Fria, o que, por certo, há de tornar anti-Estados Unidos toda uma geração de russos, bem como o desejo de uma revanche por parte dos saudosistas comunistas.

Faca de dois gumes, o novo Eixo Leste/Oeste se constitui numa insensibilidade dos Estados Unidos, que estão a um oceano de

distância da Europa e costumam subestimar o peso da História. E, se é verdade que os europeus têm memória

traçar novas linhas divisórias na Europa, que vem agindo para unificar-se em comunidade de democracias com

mado em 27 de maio de 1997, entre os dirigentes da OTAN e Boris Yeltsin, no Palácio do Eliseu, em Paris, afirma que a aliança militar e o país em questão não se consideram mais adversários, estando prontos para colaborar em benefício da segurança euroatlântica. E que, estando a Rússia empenhada em se transformar numa democracia, a OTAN se compromete a rever sua atual doutrina estratégica estabelecida em 1991, cujas principais cláusulas são:

Se Yeltsin foi capaz de bombardear o seu próprio Parlamento, em 1993, para sufocar uma rebelião comunista, e teima em resolver seus problemas pela força, como fez com a Chechênia, o que não fará contra uma ameaça externa?

longa, os russos têm-na mais longa ainda, pois não se esqueceram de Napoleão, de Carlos XII, de Hitler e, que pela terceira vez nesse século XX, o Ocidente está formando uma nova ordem européia sem a Rússia – a primeira em Versalhes (1918), depois com a OTAN (1949) e, finalmente, com sua ampliação (1997).

A expansão da OTAN não tem sido vista dentro do mesmo consenso. Assim, enquanto Varsóvia comemora a realização do sonho polonês de colocar-se sob o poderio militar do Pentágono, no Kremlin há um sentimento de repúdio por deixar-lhe com menos poder decisório em questões de segurança, igualado ao do minúsculo Luxemburgo.

Para os que, nos Estados Unidos, são contrários à ampliação da OTAN, a análise mostra que a diretriz irá

os mesmos horizontes, unificação que, se indispondo com a Rússia também européia, irá introduzir maior diversidade de interesses numa OTAN que funciona a consenso. E que, justamente por funcionar em consenso, mostra-se contrária a expor seus objetivos a um veto russo.

Para a Rússia, por sua vez, isso é o fim do sonho de um dia unir-se ao setor ocidental, numa *casa européia comum*, segundo formulação feita em 1989 pelo então líder soviético, Mikhail Gorbachev. Sonho que se desfaz por sentir-se discriminada na aliança militar, pois embora convidada a sentar-se à mesa da diplomacia da OTAN, poderá ouvir, observar, sugerir e até mesmo ser consultada, mas nem sempre poderá decidir.

O preâmbulo do *Acordo de Cooperação Mútua* fir-

1ª – promete fortalecer a *Organização para a Segurança e Cooperação na Europa*, com a incumbência de operar abertamente, reconhecendo o direito dos países a escolher os meios para garantir sua própria segurança, para solucionar e respaldar as operações da manutenção de paz;

2ª – determina a criação de um *Conselho Permanente Conjunto* integrado pela OTAN/Rússia, que dará voz, mas não voto a Moscou, nas questões da Aliança. Estabelecendo uma missão russa na sede da OTAN;

3ª – indica os terrenos de cooperação, inclusive a administração de eventuais crises, as operações conjuntas, a manutenção da paz, a

política de defesa, a segurança nuclear, o controle armamentista, a não proliferação nuclear e os desastres naturais. Nesse ponto, OTAN/Rússia estabelecem 19 possíveis áreas de cooperação, entre as quais: a participação de Moscou no novo Conselho Euroatlântico, transformação da indústria de armamentos, luta contra o tráfico de drogas e o terrorismo; e

4ª – a OTAN reitera que não tem intenção, plano, nem motivo algum para colocar armas nucleares nos territórios dos novos membros, nem para mudar a política nuclear. Promete colaborar nas negociações de Viena para revisar o tratado sobre forças convencionais na Europa e reafirma que suas missões de defesa se efetuarão por meio de esforços, em lugar de estacionar forças substanciais de combate nos países-membros.

Procurando virar a página da geopolítica de confronto de meio século, o *Acordo de Cooperação Mútua* afirma que OTAN e Rússia irão trabalhar juntas para a segurança comum da Europa, ajudando a fortalecer a OSCE (*Organização para a Segurança e Cooperação na Europa*) com papel-chave na paz e estabilidade européias.

Comprometem-se, os signatários, a evitar qualquer possibilidade de retrocesso para uma Europa de divisões e confrontos, bem como de isolamento de qualquer Estado. E reconheceram o papel de vital importância da democracia, o pluralismo partidário, o estado de direito, o respeito aos direitos e liberdades civis e o desenvolvimento de economias de livre mercado.

No entanto, é de se notar que, para muitos e para, sobretudo, conservadores e linha-dura na Federação Russa, esse acordo instituiu, na prática, um novo Eixo Leste/Oeste traduzindo-se como autêntica *ata de capitulação* mas não de omissão, já que Moscou se mantém em alerta, sobretudo com relação a questão do Golfo Pérsico.

América: Novo Eixo Norte/Sul

O Regionalismo e o Globalismo se confundem na política externa dos Estados Unidos. Confundem-se, via de regra, com a luta institucional entre o Conselho de Segurança Nacional e o Departamento de Estado. O primeiro é a base globalista; o segundo dos regionalistas,

por sua própria estrutura funcional em departamentos regionais, onde trabalham funcionários especializados em determinadas áreas. No entanto, os globalistas e regionalistas se atêm às mesmas perguntas: – qual é o principal interesse dos Estados Unidos numa determinada região? – qual a natureza e magnitude da ameaça? – que política os Estados Unidos devem seguir para atender aos seus interesses?

Como, porém, o Eixo Leste/Oeste sempre se sobrepôs ao Norte/Sul, após resolvido o problema europeu, em outubro de 1997, era chegada a vez de Bill Clinton voltar-se para a América Latina visitando, entre outros países, o Brasil. Já então o processo de globalização fizera da OCM (Organização Mundial de Comércio) mais importante que a da própria ONU e, sobretudo, do FMI (Fundo Monetário Internacional), o que levava o nosso Chanceler Luiz Felipe Lampreia a resumir o relacionamento Brasil/Estados Unidos dentro do trinômio – *equilíbrio, realismo e pragmatismo*.

Fora os acordos sobre educação, cooperação espacial e nuclear, com o Brasil aderindo ao Tratado de Não

Proliferação, a meta principal da visita de Clinton foi a ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas) pretendendo, num novo Eixo Norte/Sul, envolver todo o continente num sistema comercial hemisférico. Sem política coerente para o continente sul-americano, onde o Brasil está empenhado na expansão do MERCOSUL, os governos de Brasília e Washington não chegaram a um entendimento; mesmo porque sem a *autorição fast track* para negociar acordos, ainda por ser votada pelo Congresso, a Casa Branca veio de mãos atadas.

Tal como Ronald Reagan, Bill Clinton é adepto da escola do realismo nas relações internacionais e, reafirmando seu desejo de acelerar a ALCA, vai procurar implementar acordos bilaterais, até outubro de 1999. Não poderá, no entanto, esquecer de que começa a ruir o muro de sua unipolaridade, face a multipolaridade que põe diante de Washington os Eixos Norte/Sul de *estados diretores*, incluindo no contexto internacional o Japão e a Alemanha, os dois países vencidos na Segunda Guerra Mundial. E, nessa competitividade dos Eixos Norte/Sul,

o Brasil, caracterizado geopoliticamente como múltiplo vetor, sem hegemonias ou unilateralismos, busca integrar, pelo menos, o bloco ibero-americano, procurando parceiros comerciais mais vantajosos na União Européia, Ásia e, até mesmo, na China, que Clinton também visitou.

Sem deixar de lado o MERCOSUL, um dos pontos fortes da política externa brasileira face aos atuais Eixos Norte/Sul dos Estados diretores – Estados Unidos (NAFTA/ALCA), Alemanha (União Européia) e Japão (Zona de Co-Prosperidade Asiática), o governo Fernando Henrique Cardoso criou a chamada *diplomacia presidencial*: procura atrair capitais externos para o Brasil, que busca estabilizar sua economia e necessita de recursos para financiar seu desenvolvimento. Em *Mãos à Obra*, programa que divulgou durante sua campanha eleitoral em 1994, o diálogo com parceiros que já não davam ao nosso país o menor crédito, como o Japão, por exemplo, seria e foi retomado. Tratando de promover no exterior o Brasil, face a geoestratégia do real e das reformas, ao concluir seu período de governo, em 1998, Fernando Henrique terá feito

55 viagens internacionais, numa média de 13,7 por ano de mandato, ou seja, um verdadeiro recorde entre os presidentes brasileiros.

Por sua vez, nessa fase multipolar dos Eixos Norte/Sul, os Estados Unidos procuram se apresentar como única superpotência mundial, criando, quando se preparava a visita de Clinton ao Brasil, em 1997, uma arrogância antipática e, até certo modo, desastrosa. Procurando agir como se tivessem carta branca em seu *Mac mundo* e que, na globalização, se usa unicamente o carimbo de *Made in USA*.

Procura Washington ignorar que desapareceu a bipolaridade da Guerra Fria e que a lealdade daqueles que, por interesses ou convicções ideológicas, como o Brasil, por exemplo, não subsiste mais e que seus antigos associados manifestem seus desacordos.

É fato que os Estados Unidos possuem, ainda, a única força militar capaz de atuar em todas as partes do planeta. No entanto, sem a presença da ameaça externa como a da antiga URSS e, com uma participação bem menor da economia global do que a que possuía antes da Segunda Guerra Mundial, o poder

desse país nem sempre se traduz em influência persuasiva. E alguns exemplos ilustram o fato, pois Washington não conseguiu evitar que o sul-africano Nelson Mandela fosse visitar o líder líbio Muamar Kadafi, nem que se isole essa mesma Líbia, a Cuba de Fidel Castro, o Iraque de Saddam Hussein, ou o fundamentalismo do Iran, como Estados párias. No mesmo contexto, ninguém ignora que se colocaram contra a supremacia da Casa Branca – a China, rejeitando os apelos pelos direitos humanos, e Israel, se negando a reativar o processo de paz no Oriente Médio, abandonando a construção de novas colônias judaicas.

A Europa Ocidental que o Plano Marshall ajudou a reerguer, tão útil durante a Guerra Fria é hoje, para os Estados Unidos, em face dos novos Eixos Norte/Sul, uma faca de dois gumes. Notando-se que para a Alemanha, o Estado diretor da UE, o *euro* como moeda única será a grande esperança contra o dólar, destacando-se que a redução da avassaladora importância da moeda estadunidense implicará, por certo, na situação de presunção unipolar.

Os Estados Unidos buscam globalizar o alcance de

suas leis a países estrangeiros, sendo exemplos notórios a *Lei Helms-Burton*, interditando o comércio com Cuba e a D'Amato-Kennedy, bloqueando intercâmbios com o Iran e a Líbia. Daí a visita de Clinton ao Brasil, na posição prepotente de implantação imediata da ALCA ter levado Roberto Macedo, Presidente do Sindicato Brasileiro das Empresas Fabricantes de Eletro-Eletrônicos à comparação de que os Estados Unidos tentavam nos conduzir como *búfalos no oeste selvagem*. Dentro, pois, do conceito geoestratégico, se nos mantivermos como búfalos, estaremos caminhando para a extinção. A proposta para a criação de uma zona hemisférica de livre comércio do Alasca até a Patagônia, além de ameaça à soberania econômica dos países do MERCOSUL, onde se agrupam autênticas *panelas de barro*, poderá se transformar num instrumento de conjugação de espaços vitais de Haushofer, perpetuando a hegemonia estadunidense, a *panela de ferro*.

Conclusão

Na década dos 20 e princípio dos 30, quando os abalos financeiros origi-

naram a *Grande Depressão*, as então duas potências da bipolaridade, França e Inglaterra, davam indícios de que, em breve, cederiam seus lugares no âmbito das Relações Internacionais. Procuraram então se valer de tábuas de salvação formando, cada qual, Blocos de Comércio – o do Império Britânico ou *Commonwealth* e o da União Francesa, apoiados no espaço vital que possuíam nas colônias que ainda mantinham.

Três outras nações se sentiram prejudicadas com o protecionismo dos dois Blocos. Por isso, o Japão passou a se envolver no Pacífico, enquanto a Alemanha se unia à Europa Oriental para dominar o *heartland*, no que ameaçava os interesses da URSS. Por sua vez, a Itália se voltava para o Adriático e a cornucópia Africana, onde enfrentava interesses ingleses, e atingia o norte da África, onde franco-alemães se rivalizavam. E, nesse cenário de transição, os Blocos Econômicos se transformaram em Alianças Militares, deflagrando-se a Segunda Guerra Mundial.

Decretada a sentença de morte dos Impérios Ultramarinos, o mundo ficara pequeno demais para se

dominado por pequenos países, conceito que transformava, em agentes da bipolaridade, os Estados Unidos e a URSS dotados do fator presença, com amplos territórios e vastas fachadas marítimas.

Em 1990, comprometida essa bipolaridade, com a saída da União Soviética do confronto internacional, é sobremodo real que a parcela de poder mundial dos Estados Unidos também vem declinando, nessa nova fase de transição, com a implantação de multipolaridade. Só que, no momento, ocorre o inverso da década de 20/30, pois foram os blocos militares que se dissolveram, a despeito da expansão da OTAN, para dar lugar aos blocos econômicos.


Conclui-se que, com a formação desses blocos eco-

nômicos, o motor principal se concentra numa franca oposição Norte/Sul. Oposição que substitui as cisões ideológicas: capitalismo/comunismo que, por certo, não poderá ser contornada pela ONU, ou cerca de centenas de outros organismos internacionais, com suas respectivas sedes no norte, em Bruxelas, Genebra, Nova York, Washington, Roma, Viena ou Haia.

A nova ordem mundial terá, assim, que assegurar a participação de novos personagens descontentes que surgem no palco internacional, dentre os quais a Índia, a China e o Brasil, dotados do fator presença.

O nosso planeta passou, a partir de 1990, das dimensões ideológicas mundiais do Eixo Leste/Oeste para a fase transicional dos Eixos Norte/

Sul. A História vem mostrando que no cenário geopolítico da geoestratégia de poder, a ação de domínio é sobremodo passageira. Jamais um Estado conseguiu se manter permanentemente dominando os outros. A bipolaridade é sucedida pela fase transitória da multipolaridade, desembocando numa outra bipolaridade.

Em face de a atualidade internacional se caracterizar pela fase transicional da multipolaridade, a geoestratégia brasileira deverá continuar a se manter na diversidade de compromissos nos encontros de cúpulas regulamentares, tais como: o *ibero-americano*, o *das Américas*, o do *Grupo do Rio*, o do CPLOP (Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa) e, sobretudo o do *MERCOSUL*. 

BIBLIOGRAFIA

- SARAIVA GUERREIRO, Ramiro - *As Relações Leste/Oeste e o Terceiro Mundo - Uma Visão Sul Americana* - Reunião da Atlantic Conference em Saint Croix VI, nos Estados Unidos, em 7 de novembro de 1982.
- SARDENBERG Ronaldo - Entrevista a EBN - Publicação do Ministério das Relações Exteriores, 1982.
- Formulações de Política do Conselho de Segurança dos Estados Unidos (Operation Coordinating Board) - Biblioteca Presidencial Dwight Eisenhower (1954 - 58).
- JAGUARIBE, Hélio - *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a Desarticulação do Sistema Interamericano* - Editora Terra e Paz - IEPES - Rio, 1995.
- RÓTULO, Daniel - *Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiro em Relação ao Atlântico Sul no Período 1964 - 90* - Universidade Católica - Rio, 1991.